

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do *Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.* ("Banco") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No Brasil operamos como Banco múltiplo voltados para grandes clientes corporativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 198.469 mil, correspondente a R\$ 0,33 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 13,8% antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia, tomando como base os dados consolidados do *Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch* ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 19,64%.

Em conformidade à Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados

na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.919.694 em 31 de dezembro de 2018.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrillynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 25 de março de 2019

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017					
<i>(em milhares de Reais)</i>					
	2018	2017		2018	2017
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	16.010.324	17.416.433	Circulante	8.956.621	11.857.034
Disponibilidades	528.549	260.628	Depósitos	4.946.489	6.967.979
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	8.029.205	10.695.256	Depósitos à vista	900.418	572.617
Aplicações em operações compromissadas	7.780.856	10.198.425	Depósitos interfinanceiros	841.462	628.151
Aplicações em depósitos interfinanceiros	248.349	496.831	Depósitos a prazo	3.204.609	5.767.211
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.286.883	4.592.173	Captações no mercado aberto (Nota 15)	1.040.908	2.126.634
Carteira própria (Nota 5)	2.909.608	1.524.461	Carteira própria	3.602	5.362
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 5)	3.629	5.371	Carteira de terceiros	1.037.306	2.121.272
Vinculados à prestação de garantia (Nota 5)	1.066.661	2.011.303	Relações interfinanceiras	51	1
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	1.306.985	1.051.038	Correspondentes	51	1
Relações interfinanceiras	88.700	826.247	Relações interdependências	57.289	49.077
Correspondentes	102	731	Recursos em trânsito de terceiros	57.289	49.077
Depósitos no Banco Central	88.598	825.516	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	1.143.806	1.450.881
Operações de crédito (Nota 6)	428.807	325.793	Outras obrigações	1.768.078	1.262.462
Sector Privado	428.885	325.921	Carteira de câmbio (Nota 7)	1.228.468	396.121
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (78)	(128)	(128)	Sociais e estatutárias (Nota 16)	155.893	150.776
Outros créditos	1.647.122	715.472	Fiscais e previdenciárias (Nota 17)	203.299	288.102
Carteira de câmbio (Nota 7)	1.224.360	392.020	Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	156.183	386.501
Rendas a receber	33.803	32.355	Diversas (Nota 19)	24.235	28.624
Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	177.056	70.560	Exigível a longo prazo	6.000.629	5.486.196
Diversos (Nota 8)	211.903	220.537	Depósitos	3.274.103	4.292.899
Outros valores e bens	1.058	864	Depósitos a prazo (Nota 14)	3.274.103	4.292.899
Despesas antecipadas	1.058	864	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	2.507.194	1.005.987
Realizável a longo prazo	1.222.745	2.052.591	Outras obrigações	219.332	187.310
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	27.678	27.237	Fiscais e previdenciárias (Nota 17)	151.141	134.156
Aplicações em depósitos interfinanceiros	27.678	27.237	Diversas (Nota 19)	68.191	65.492
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	655.343	1.377.173	Resultado de exercícios futuros	1.463	1.603
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	655.343	1.377.173	Patrimônio líquido	2.340.050	2.169.150
Operações de crédito (Nota 6)	267.602	387.135	Capital Social	1.953.813	1.871.043
Sector privado	267.602	387.135	De domiciliados no exterior	1.953.813	1.871.043
Outros créditos	272.107	260.986	Reservas de lucros	386.237	298.107
Diversos (Nota 8)	272.107	260.986			
Outros valores e bens	15	60			
Despesas antecipadas	15	60			
Permanente	65.694	44.959			
Investimentos (Nota 10)	11	11			
Outros investimentos	11	11			
Imobilizado de uso (Nota 11)	65.683	44.948			
Imobilizações de uso	150.461	103.714			
(-) Depreciação acumulada	(84.778)	(58.766)			
TOTAL	17.298.763	19.513.983	TOTAL	17.298.763	19.513.983

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 *(em milhares de Reais)*

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital	Aumento de capital	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.269.845	506.488	19.045	53.774	-	1.849.152
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	261.079	261.079
Reserva legal (Nota 12)	-	-	13.054	-	(13.054)	-
Aumento de capital (Nota 12)	506.488	(411.778)	-	-	-	94.710
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,21 por ação (Nota 12)	-	-	-	-	(126.254)	(126.254)
Reservas estatutárias (Nota 12)	-	-	-	212.234	(121.771)	90.463
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.776.333	94.710	32.099	266.008	-	2.169.150
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	198.469	198.469
Reserva legal (Nota 12)	-	-	9.923	-	(9.923)	-
Aumento de capital (Nota 12)	94.710	(11.940)	-	-	-	82.770
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,18 por ação (Nota 12)	-	-	-	-	(110.339)	(110.339)
Reservas estatutárias (Nota 12)	-	-	-	78.207	(78.207)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.871.043	82.770	42.022	344.215	-	2.340.050
Saldos em 30 de junho de 2018	1.871.043	-	32.099	266.008	74.551	2.243.701
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	123.918	123.918
Reserva legal (Nota 12)	-	-	9.923	-	(9.923)	-
Aumento de capital (Nota 12)	-	82.770	-	-	-	82.770
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,18 por ação (Nota 12)	-	-	-	-	(110.339)	(110.339)
Reservas estatutárias (Nota 12)	-	-	-	78.207	(78.207)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.871.043	82.770	42.022	344.215	-	2.340.050

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O *Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.* ("Banco") está constituído sob a forma de banco múltiplo e de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio, crédito, derivativos e renda fixa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e de contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na seleção do prazo de vida útil de certos ativos e no prazo de realização do crédito tributário. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN 4.535/16;
- (k) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 25 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

3.2. O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras com correspondentes, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados pelo Banco para o

gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 27.1).

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, e deduzidas de provisão para desvalorização quando aplicável.

3.5. As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais em bases "pro rata" dia (Nota 7).

3.6. As operações de intermediação de negociação de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.7. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores; observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e as alterações posteriores do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis: de AA (risco mínimo) até H (risco máximo). As operações de crédito são pós-fixadas e registradas pelo valor principal acrescido dos rendimentos auferidos, calculados "pro rata" dia até 60 dias de atraso, após este período são reconhecidos quando do recebimento de caixa.

3.8. Os bens do imobilizado de uso estão contabilizados ao custo de aquisição. A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados e em 10 anos para sistemas de comunicação, instalações, móveis e equipamentos de uso. Anualmente, o Banco efetua teste de recuperabilidade do ativo imobilizado.

3.9. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício, e contribuição social de 20%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

3.10. O Banco adota o procedimento de reconhecer o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações foi contabilizado em contrapartida à despesa/receita com imposto de renda e contribuição social, registrada na linha de ativo fiscal diferido na demonstração de resultado. Os créditos tributários foram constituídos com base em estudo feito pela Administração e considerando a expectativa futura de sua realização. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2018 o Banco manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Dessa forma, foi considerada alíquota nominal de 15% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

3.11. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição segundo a intenção da Administração. Os títulos e valores mobiliários classificados como "Títulos para Negociação" encontram-se no ativo circulante considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, onde os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os "Títulos Disponíveis para Venda" encontram-se no ativo circulante considerando que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; Os "Títulos Mantidos até o Vencimento" encontram-se registrados no balanço patrimonial conforme seu vencimento, considerando que há intenção e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

3.12. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição segundo a intenção da Administração para fins ou não de proteção ("hedgje").

As operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) foram contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As posições desses instrumentos têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar são registrados em

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 *(em milhares de Reais)*

	2º Semestre	2018	2017
Receitas da intermediação financeira (Nota 20)	741.360	1.303.518	1.365.354
Operações de crédito	28.979	58.320	116.561
Resultado com títulos e valores mobiliários	501.940	945.255	1.044.609
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	152.511
Resultado de operações de câmbio	210.441	299.943	51.673
Despesas da intermediação financeira (Nota 21)	(500.026)	(872.543)	(877.719)
Operações de captação no mercado	(242.787)	(587.007)	(871.621)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(234.167)	(72.691)	-
Operações de empréstimos e repasses	(26.660)	(216.558)	(8.164)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6e)	3.588	3.713	2.066
Resultado bruto da intermediação financeira	241.334	430.975	487.635
Outras receitas/(despesas) operacionais	(81.468)	(121.192)	(104.020)
Receitas de prestação de serviços (Nota 22)	248.572	561.630	499.357
Despesas de pessoal (Nota 23)	(203.041)	(427.523)	(397.324)
Outras despesas administrativas (Nota 24)	(113.445)	(212.228)	(178.792)
Despesas tributárias (Nota 25)	(26.447)	(59.346)	(60.471)
Outras receitas operacionais	9.825	23.743	46.710
Outras despesas operacionais	3.068	(7.468)	(13.500)
Resultado operacional	159.866	309.783	383.615
Resultado não operacional	(17)	(30)	(1.323)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	159.849	309.753	382.292
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(35.931)	(111.284)	(121.213)
Provisão para imposto de renda	(26.849)	(63.674)	(69.302)
Provisão para contribuição social	(23.757)	(45.751)	(54.599)
Ativo fiscal diferido	14.675	(1.859)	2.688
Lucro líquido do semestre/exercícios	123.918	198.469	261.079
Quantidade de ações - 598.330.140			
Lucro líquido por ação - R\$	0,21	0,33	0,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de Reais)

3.14. Outros ativos e passivos

Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e a provisão para perda. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.15. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários elegíveis do Grupo, inclusive executivos seniores, recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, no qual prestam serviços e são remunerados segundo os valores referenciados às ações da Bank of America Corporation negociadas na "New York Stock Exchange" (NYSE) sob o código BAC, podendo ser liquidados somente com caixa ("transações liquidadas com caixa").

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgado pela NYSE e convertido para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

3.16. Benefícios a empregados

Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como disposições legais ou setoriais, os quais exigem que o Banco contribua na forma de benefícios com seus empregados. Entre os benefícios estão: (a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus, e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período. (b) Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós-emprego.

O Banco avalia seus benefícios pós-emprego como plano de benefício definido, seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações. O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido; principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais - a moeda em que serão pagos - e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é a seguinte:

(a) Total da carteira

	2018		2017	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Aplicação em depósitos interfinanceiros	281.410	276.027	530.611	524.068
Aplicações em operações compromissadas	7.782.629	7.780.856	10.200.105	10.198.425
Total	8.064.039	8.056.883	10.730.716	10.722.493

(b) Total da carteira por vencimento

	2018		2017	
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Aplicação em depósitos interfinanceiros	248.349	27.678	276.027	496.831
Aplicações em operações compromissadas	7.780.856	-	7.780.856	10.198.425
Total	8.029.205	27.678	8.056.883	10.695.256

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os seguintes:

(a) Total da carteira

(a.1) Carteira própria

	2018		2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Títulos públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.274.464	2.275.619	581.780	582.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN	630.570	633.989	785.117	787.292
Títulos privados				
Ações de companhias abertas	-	-	154.493	154.493
Total	2.905.034	2.909.608	1.521.390	1.524.461

(a.2) Vinculados a compromissos de recompra

	2018		2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Títulos públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.602	3.629	5.373	5.371
Total	3.602	3.629	5.373	5.371

(a.3) Vinculados à prestação de garantias

	2018		2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Títulos públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	670.320	673.598	860.248	861.722
Notas do Tesouro Nacional - NTN	372.005	374.784	1.122.677	1.132.404
Títulos privados				
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	17.000	-	18.279	17.000
Total	1.059.325	1.066.661	1.999.925	2.011.303

(b) Total da carteira por vencimento

	2018		2017	
	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional	-	2.467.603	1.494.016	3.961.619
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	18.279	-	-	18.279
Total	18.279	2.467.603	1.494.016	3.979.898

(b) Total da carteira por vencimento

	2018		2017	
	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional	-	1.368.826	2.000.639	3.369.465
Ações de Companhias Abertas	154.493	-	-	154.493
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	17.177	-	-	17.177
Total	171.670	1.368.826	2.000.639	3.541.135

(c) Total da carteira por classificação

	2018		2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Valor contábil	
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.028.693	1.033.152	1.033.152	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.002.575	1.008.773	1.008.773	
Títulos disponíveis para venda				
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	17.000	18.279	18.279	
Títulos mantidos até o vencimento				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.919.694	1.919.516	1.919.694	
Total	3.967.962	3.979.720	3.979.898	

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários. As Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e foram marcadas a mercado utilizando metodologia interna de precificação, que obedece os intervalos mínimos e máximos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). Os títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias referem-se à garantia de operações com derivativos, realizadas junto às clearings de derivativos e câmbio na B3 (Nota 13).

O Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB foi avaliado a mercado pela última cotação disponível.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito são demonstradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 como segue:

(a) Por tipo de operação	2018	2017
Operações de crédito		
Empréstimos	696.487	713.056
Total	696.487	713.056

(b) Diversificação por atividade

Setor privado	2018	2017
Indústria	399.462	377.687
Outros serviços	292.017	229.610
Rural	5.008	98.756
Intermediários financeiros	-	7.003
Total	696.487	713.056

(c) Por vencimento

A vencer	2018	2017
Até 90 dias	172.946	308.702
De 91 a 365 dias	255.939	17.219
Mais de 365 dias	267.602	387.135
Total	696.487	713.056

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há operações de crédito vencidas. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco não efetuou renegociações de operações de crédito.

(d) Por nível de risco

Nível de risco	Curso normal	2018	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	686.944	-	-
A	3.476	(17)	-
B	6.067	(61)	-
Total	696.487	(78)	

Nível de risco

Nível de risco	Curso normal	2017	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	697.531	-	-
A	5.485	(28)	-
B	10.040	(100)	-
Total	713.056	(128)	

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo inicial	(128)	(2.391)
Constituição	(1.281)	(1.576)
Reversão	1.331	3.839
Saldo final	(78)	(128)
Constituição PCLD sobre empréstimos no exercício	(1.281)	(1.576)
Reversão PCLD sobre empréstimos no exercício	1.331	3.839
Constituição PCLD sobre fianças no exercício	(256)	(613)
Reversão PCLD sobre fianças no exercício	432	416
Recuperação de outros créditos baixados para prejuízo	3.487	-
Resultado de provisão com créditos de liquidação duvidosa (Nota 21)	3.713	2.066

No decorrer de 2018 e de 2017, não há créditos baixados para prejuízo.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2018	2017
Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar - Pronto	115.826	132.158
Direitos sobre vendas de câmbio - Pronto	914.798	265.062
Direitos sobre vendas de câmbio - Termo (1)	195.651	-
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(1.915)	(5.200)
Total	1.224.360	392.020
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar - Pronto	918.027	264.217
Câmbio vendido a liquidar - Termo (1)	193.710	-
Obrigações por compras de câmbio - Pronto	116.731	131.904
Total	1.228.468	396.121

(1) No decorrer de 2018, o Banco participou de compras à vista e vendas a termo de dólar junto ao Bacen. Essas operações foram tratadas como derivativos (vendas a termo) e foram mensuradas por seu valor de mercado com contrapartida no resultado - no grupo de operações com "instrumentos financeiros derivativos" na demonstração do resultado.

As operações de vendas a termo, acima descritas, estão assim registradas em nossos livros:

	2018	2017
Vendas a termo		
Contratos de câmbio a termo (ponta pré fixada)	196.005	-
Rendas/Despesas a apropriar	(354)	-
Direitos sobre vendas - termo	195.651	-
Ajuste negativo de marcação a mercado (Nota 13)	(319)	-
Total	195.332	-
Ponta passiva		
Câmbio a liquidar (taxa histórica)	195.575	-
Variação cambial reconhecida no período	(1.865)	-
Total	193.710	-

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Devedores diversos - depósitos judiciais (Nota 18)	223.794	215.142
Créditos tributários (1)	140.862	142.721
Imposto de renda e contribuições a compensar	47.214	43.735
Valores a receber de empresas ligadas	16.105	19.324
Adiantamentos e antecipações salariais	3.907	3.502
Outros (2)	52.128	57.099
Total	484.010	481.523
Circulante	211.903	220.537
Realizável a longo prazo	272.107	260.986

(1) Créditos tributários de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) constituídos com base nas alíquotas vigentes para esses tributos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, calculados sobre os ajustes temporários.

(2) Referem-se substancialmente a reembolsos a receber de partes relacionadas no montante de R\$ 47.390 (R\$ 51.346 em 2017) (Nota 26a).

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP	309.753	309.753	382.292	382.292
Juros sobre capital próprio	(110.339)	(110.339)	(126.254)	(126.254)
Ajustes temporários (1)	24.529	24.529	89.871	89.871
Incentivos fiscais	2.418	2.418	3.174	334
Outros ajustes permanentes	33.452	101	33.327	30
Resultado antes do IRPJ e CSLL	259.813	226.462	382.410	346.273
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
IRPJ e CSLL	(64.930)	(45.293)	(95.578)	(69.255)
Ajustes exercícios anteriores	(3.038)	(2.430)	-	-
Incentivos fiscais	3.513	-	4.363	-
Passivo fiscal diferido	781	1.972	21.913	14.656
Ativo fiscal diferido	8.428	(10.287)	1.364	1.324
Total do imposto de renda e contribuição social	(55.246)	(56.038)	(67.938)	(53.275)

(1) Referem-se aos ajustes temporários indedutíveis ao lucro líquido, tais como ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros e provisões de passivos contingentes.

(b) Movimentação dos créditos tributários no exercício

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/17	Realização	Constituição	Dezembro/18
Contingências fiscais	28.621	(174)	1.279	29.726
Outras provisões (1)	48.712	(103.672)	106.843	51.883
MTM	-	(54.973)	59.125	4.152
Total	77.333	(158.819)	167.247	85.761
	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Dezembro/17
Contingências fiscais	26.569	(50)	2.102	28.621
Outras provisões (1)	49.400	(44.354)	43.666	48.712
Total	75.969	(44.404)	45.768	77.333
	Crédito tributário diferido ativo - CSLL			
	Dezembro/17	Realização	Constituição	Dezembro/18
Contingências fiscais	21.345	(6.070)	1.396	16.671
Outras provisões (1)	44.043	(86.460)	78.356	35.939
MTM	-	(67.254)	69.7	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de Reais)

O risco de crédito associado aos contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos é de R\$ 482.982 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 746.608 em 2017).

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro.

O valor total das garantias vinculadas aos contratos de derivativos é de R\$ 971.774 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.895.403 em 2017), substancialmente composto por títulos públicos.

O Banco não possui derivativos classificados como "hedge accounting" em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A seguir demonstramos os valores ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 que envolvem os instrumentos financeiros derivativos de negociação avaliados a valor de mercado:

(a) Composição por indexador

	Valor de mercado		2018		2017	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Operações de "swap"						
CDI x Dólar	213.163	(1.256.942)	7.984.314	569.381	(239.093)	14.488.980
Dólar x CDI	392.379	(70.700)	10.725.391	76.987	(300.629)	9.134.587
CDI x IGPM	-	-	-	771	-	40.680
IGPM x CDI	-	-	-	-	(704)	40.264
CDI x IPCA	2.490	(353.846)	2.159.458	9.917	(241.940)	2.303.658
IPCA x CDI	135.605	-	966.650	122.910	-	1.655.103
CDI x Libor	13.765	(792.270)	5.308.991	145.384	(474.145)	5.998.892
Libor x CDI	74.373	(196.164)	5.613.427	305.408	(93.959)	4.810.312
CDI x Pré	-	(1.839)	125.654	8	(20.006)	605.997
Pré x CDI	42.833	(16)	1.275.331	30.902	-	1.249.530
Dólar x Euro	269.424	-	961.788	153.384	-	961.788
Euro x Dólar	-	(134.301)	480.894	50.964	(75.999)	1.021.104
Dólar x Libor	19.483	(3.261)	977.771	18.107	(5.212)	1.325.449
Libor x Dólar	7.243	(10.499)	1.028.743	8.093	(35)	1.312.330
Dólar x Pré	135.214	(10.289)	1.210.678	97.800	(29.936)	868.800
Pré x Dólar	5.739	(151.606)	1.223.464	46.654	(84.802)	841.037
Euro x Pré	29.837	(45.190)	1.371.305	38.393	-	1.061.897
Pré x Euro	23.883	(32.993)	1.345.998	-	(37.031)	1.061.897
Libor x Pré	-	-	-	3.702	(1.169)	1.317.494
Pré x Libor	480	-	6.180	15.139	(3.680)	1.328.494
Libor x Euro	-	(843)	32.311	-	(4.140)	48.467
Euro x Libor	883	-	32.311	4.286	-	48.467
CDI x Euro	52.957	(9.881)	2.557.976	-	-	-
Euro x CDI	35.758	(33.053)	2.714.533	-	-	-
Dólar x IPCA	36.932	-	269.622	-	-	-
Operações com opções						
Posição comprada						
Dólar	22.977	-	2.224.313	15.032	-	556.225
Posição vendida						
Dólar	-	(22.977)	2.224.313	-	(15.032)	556.225
Operações a termo						
Títulos públicos	141.458	(141.384)	141.426	571.422	(571.815)	571.370
Moeda - NDF	341.524	(382.627)	23.041.285	175.186	(257.541)	15.897.238
Cambial (Nota 7)	-	(319)	-	-	-	-
CVA/LVA	(36.072)	-	-	(31.619)	-	-
Total	1.962.328	(3.651.000)	76.004.127	2.428.211	(2.456.868)	69.106.285

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Ativo	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Operações de "swap"	1.310.067	1.492.441	1.524.027	1.698.190
Prêmio de opções	53.592	22.977	18.400	15.032
Operações a termo	465.570	482.982	729.317	746.608
CVA/LVA	-	(36.072)	-	(31.619)
Total	1.829.229	1.962.328	2.271.744	2.428.211
Passivo				
Operações de "swap"	(2.933.956)	(3.103.693)	(1.441.415)	(1.612.480)
Prêmio de opções	(54.048)	(22.977)	(18.890)	(15.032)
Operações a termo	(511.469)	(524.330)	(799.644)	(829.356)
Total	(3.499.473)	(3.651.000)	(2.259.949)	(2.456.868)

(c) Composição do valor de mercado por vencimentos:

Posição ativa	2018					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	402.248	254.528	148.872	102.065	584.728	1.492.441
Prêmio de opções	956	-	10.412	4.658	6.951	22.977
Operações a termo	295.309	19.336	44.768	34.459	89.110	482.982
CVA/LVA	(8.311)	(566)	(781)	(968)	(25.446)	(36.072)
Total	690.202	273.298	203.271	140.214	655.343	1.962.328
Posição passiva						
Operações de "swap"	(256.729)	(13.761)	(244.240)	(190.302)	(2.398.661)	(3.103.693)
Prêmio de opções	(956)	-	(10.412)	(4.658)	(6.951)	(22.977)
Operações a termo	(245.395)	(61.901)	(81.614)	(33.838)	(101.582)	(524.330)
CVA/LVA	(503.080)	(75.662)	(336.266)	(228.798)	(2.507.194)	(3.651.000)
Total	(503.080)	(75.662)	(336.266)	(228.798)	(2.507.194)	(3.651.000)

Valor referencial	2018					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	6.762.749	3.755.831	2.610.436	2.904.304	32.339.470	48.372.790
Prêmio de opções	1.257.510	-	2.009.510	723.230	458.376	4.448.626
Operações a termo	14.375.822	1.539.492	3.444.256	1.978.062	1.845.079	23.182.711
Total	22.396.081	5.295.323	8.064.202	5.605.596	34.642.925	76.004.127

Posição passiva	2018					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	94.469	14.237	83.173	140.052	1.366.259	1.698.190
Prêmio de opções	3.761	886	2.234	8.151	-	15.032
Operações a termo	661.583	13.279	13.004	20.410	38.332	746.608
CVA/LVA	(2.345)	(70)	(445)	(1.340)	(27.419)	(31.619)
Total	757.468	28.332	97.966	167.273	1.377.172	2.428.211

Valor referencial	2018					Total
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Operações de "swap"	15.778.195	248.305	2.274.619	8.636.676	24.587.432	51.525.227
Prêmio de opções	390.480	32.389	126.566	563.015	-	1.112.450
Operações a termo	11.616.962	843.946	802.163	2.023.291	610.876	15.897.238
Total	27.785.637	1.124.640	3.203.348	11.222.982	25.198.308	69.106.285

(d) Valor de mercado por local de negociação

As operações de instrumentos financeiros derivativos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam registradas na B3. Para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos são utilizados os seguintes critérios: "swap", termos e futuros com base nas cotações e taxas publicadas pela B3 e informações disponibilizadas pela Bloomberg, e para as opções se adota modelos de precificação "Black & Scholes".

(e) Composição dos contratos de futuros a liquidar

	2018		2017		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal	
Swap cambial	551	(1.753)	2.788.640	296	2.403
Moeda estrangeira	8.567	(2.456)	4.135.888	2.050	-
Depósito interfinanceiro	738	(512)	6.291.712	1.936	1.167
DDI	36.670	(20.843)	15.614.358	8.758	26.543
Total	46.526	(25.564)	28.830.598	13.040	30.113

14. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	2018				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Depósitos à vista	900.418	-	-	-	900.418
Depósitos a prazo					
CDB Pós-fixado	-	1.799.426	1.405.183	3.274.103	6.478.712
Depósitos interfinanceiros					
CDI Pré-fixado	-	264.278	-	-	264.278
CDI Pós-fixado	-	-	577.184	-	577.184
Total	900.418	2.063.704	1.982.367	3.274.103	8.220.592

	2017				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Depósitos à vista	572.617	-	-	-	572.617
Depósitos a prazo					
CDB Pós-fixado	-	1.995.223	3.771.988	4.292.899	10.060.110
Depósitos interfinanceiros					
CDI Pré-fixado	-	244.878	-	-	244.878
CDI Pós-fixado	-	298.592	84.682	-	383.273
Total	572.617	2.538.692	3.856.670	4.292.899	11.260.878

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A composição das captações no mercado aberto é a seguinte:

	2018		2017	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Carteira própria				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.602	3.602	5.362	5.362
Carteira de terceiros				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.037.510	1.037.306	1.800.953	1.800.572
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	320.768	320.700
Total	1.041.112	1.040.908	2.127.083	2.126.634

Em 31 de dezembro de 2018, as captações no mercado aberto possuem vencimentos em janeiro de 2019 e, em 31 de dezembro de 2017, possuem seus vencimentos em janeiro de 2018.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

A composição das outras obrigações sociais e estatutárias é a seguinte:

	2018	2017
Programa de participação nos resultados	110.232	92.790
Programa de participação nos resultados baseada em ações (1)	45.661	57.986
Total	155.893	150.776
Circulante	155.893	150.776

(1) Plano de remuneração baseado em ações.

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento com base em valores divulgados pela NYSE. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2018 ou 2017.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As "Obrigações fiscais e previdenciárias" são compostas por:

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	106.709	160.470
Provisão para riscos fiscais (Nota 18)	116.816	112.621
Impostos e contribuições sobre salários	66.582	63.016
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8d)	34.326	31.613
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	23.860	13.297
Outros impostos a pagar (1)	6.147	41.241
Total	354.440	422.258
Circulante	203.299	288.102
Exigível a longo prazo	151.141	134.156

(1) O saldo corresponde, principalmente, a imposto sobre serviços próprios no valor de R\$ 1.678 (R\$ 3.422 em 2017) e provisão de PIS e Cofins no valor de R\$ 617 e R\$ 3.796 respectivamente (R\$ 877 e R\$ 5.398 em 2017).

18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Operações de empréstimos e repasses		
Despesa de juros de captações no exterior	(8.369)	(5.613)
Despesas de empréstimos no exterior	(90.768)	(4.171)
Despesas de empréstimos de ações	(117.133)	1.946
Despesas de obrigações com banheiros no exterior	(288)	(326)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	3.713	2.066
Total das despesas da intermediação financeira	(872.543)	(877.719)

22. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2018	2017
Prestação de outros serviços (1)	425.963	360.104
Assessoria técnica	27.208	63.951
Comissão em colocações de títulos no mercado	87.280	55.329
Gestão de fundos	18.325	17.167
Outras receitas	2.854	2.806
Total	561.630	499.357

(1) Essas receitas referem-se, substancialmente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional junto a partes relacionadas.

23. DESPESAS DE PESSOAL

	2018	2017
Remuneração	(246.745)	(240.490)
Custos previdenciários	(138.841)	(116.608)
Benefícios	(39.163)	(38.006)
Outras despesas de pessoal	(2.774)	(2.220)
Total	(427.523)	(397.324)

24. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Serviços técnicos prestados por terceiros	(56.123)	(55.065)
Serviços do sistema financeiro	(35.923)	(39.212)
Depreciações e amortizações	(31.144)	(18.870)
Programas de relacionamentos	(29.622)	(13.552)
Aluguéis	(18.936)	(12.404)
Viagens	(11.954)	(10.700)
Manutenção e conservação	(6.838)	(7.030)
Comunicações	(5.165)	(4.576)
Doações	(3.209)	(378)
Imóveis, instalações e materiais	(2.038)	(3.820)
Seguros	(1.474)	(2.003)
Água, energia e gás	(1.380)	(983)
Copa e cozinha	(1.340)	(1.095)
Associações de classe	(1.234)	(1.199)
Eventos	(1.113)	(665)
Publicidade e publicações	(779)	(802)
Representações	(734)	(788)
Locomoções e estacionamento	(655)	(479)
Outras despesas administrativas	(2.567)	(5.171)
Total	(212.228)	(178.792)

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
Impostos sobre Serviços - ISS	(27.533)	(24.453)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(25.235)	(29.204)
Programas de Integração Social - PIS	(4.101)	(4.746)
Outras despesas	(2.477)	(2.068)
Total	(59.346)	(60.471)

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Saldos do final dos exercícios mantidos em balanço junto a não Controladoras e não Controladas

Tipo de operação	Vencimento	Taxa	2018	2017
Ativos				
Depósitos em moedas estrangeiras			528.549	260.628
Aplicação em operações compromissadas	6,90%	-	-	16.316
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Até 02/04/2017		340.519	729.517
Outros créditos a receber (Nota 8)			47.390	51.346
Negociação e intermediação de valores			114.384	8.178
Rateio de despesas			-	19.324
Valores a receber de sociedades ligadas (1)	14/01/2019 12/01/2018		49.908	-
Total ativos			1.080.750	1.117.663
Passivos				
Depósitos à vista			(242)	(278)
Depósitos interfinanceiros	02/01/2019 02/01/2018 02/01/2019	6,40% CDI 6,40%	(264.278) -	(244.878)
Captações no mercado aberto	08/01/2019 08/01/2018 02/01/2018	CDI CDI 6,90%	(1.702) -	(5.361)
Depósitos a prazo	Até 09/12/2019 17/12/2020	CDI CDI	-	(50.458)
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Até 17/07/2023 23/01/2030		-	(357.847)
Negociação e intermediação de valores			(62.672)	(62.382)
Valores a pagar sociedades ligadas			-	(99)
Total passivos			(2.147.395)	(2.842.575)

(1) O saldo de "valores a receber sociedades ligadas", subgrupo de Outros créditos - Diversos no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Receitas de prestação de serviços".

(2) As taxas aplicadas nos instrumentos financeiros derivativos são diversas e foram negociadas conforme cada tipo de operação e vencimento na data da contratação de acordo com as taxas aplicadas junto aos demais clientes e mercado.

(b) Saldos do final dos exercícios apresentados no resultado decorrentes de operações junto a não Controladoras e Controladas

Tipo de operação	2018	2017
Resultado com títulos e valores mobiliários	396	369
Operações com instrumentos financeiros derivativos	5.067	265.796
Receitas de prestação de serviços e outros	437.650	371.486
Operações de captação no mercado	(148.404)	(105.064)
Operações de empréstimos e repasses	(8.369)	(5.613)
Despesas com prestação de serviços	(1.466)	(2.268)
Recuperação de despesas	91.925	79.861

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil, registradas em despesas de pessoal, estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Plano de benefícios de longo prazo	18.485	21.742
Encargos e multa rescisória	15.431	17.121
Participação nos lucros e gratificações	14.446	16.577
Salários e benefícios	13.362	13.767
Previdência privada	1.165	991
Total	62.889	70.198

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes é composto pelo seguinte:

	2018	2017
Disponibilidades em moeda estrangeira	528.549	260.628
Aplicações em operações compromissadas	7.780.856	10.198.425
Relações interfinanceiras - correspondentes	102	731
Total	8.309.507	10.459.784

27.2. Em atendimento às Resoluções 4.433/2015 e nº 4.567/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

27.3. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05 o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

28. GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

O arcabouço de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos que o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudential Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado") que é composto pelas empresas Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança de gerenciamento de riscos aplica-se a todos os funcionários e colaboradores da organização e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) áreas independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua, fornecendo o modelo de como a organização estabeleça o apetite de risco e seus respectivos limites para atividades do Conglomerado, via uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos da organização em seus diversos níveis, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo o citado arcabouço global, composto por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos. Apesar da responsabilidade pelo gerenciamento de risco ser atribuída a todos os colaboradores da organização, a área de riscos gerencia estes riscos através de análises tempestivas e independentes.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado integrou, em fevereiro de 2018, o gerenciamento dos diversos tipos de risco na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite de riscos, documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito. As áreas de Análise e de Risco de Crédito, trabalhando com as áreas de Gerenciamento de Risco, avaliam a qualidade de crédito dos clientes corporativos (existentes e potenciais), institucionais e dos emissores de dívida, determinando limites de acordo com as respectivas classificações de risco de crédito (*risk rating*). Também são responsáveis pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos, trabalhando ativamente, e de forma independente, com todas as áreas de negócios do Conglomerado para gerenciar e mitigar o risco de crédito. As respectivas áreas de Análise e de Risco de Crédito utilizam várias metodologias para estabelecer limites de exposição e perda potencial resultante do descumprimento das obrigações contratuais estabelecidas com os distintos tipos de clientes. As áreas de Análise e de Risco de Crédito realizam revisões periódicas da carteira, monitoram a capacidade financeira da contraparte e avaliam os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de créditos problemáticos e a necessidade de mitigação de risco nas exposições que venham exceder os limites pré-estabelecidos. Adicionalmente, revisam tendências setoriais, regionais e macroeconômicas, com o objetivo de mitigar riscos de concentração de qualquer natureza. A composição detalhada da carteira de crédito é informada regularmente ao Comitê de Risco de Crédito ("BCRC"). Subordinado ao BMRC e com periodicidade mensal, o BCRC é responsável por supervisionar: (i) as exposições de

crédito e ações para assegurar a adequada provisão para perdas de crédito; (ii) o risco de concentração e a qualidade da carteira, bem como, o impacto dos riscos de crédito no planejamento estratégico do Conglomerado; (iii) os níveis de provisão para créditos de liquidação duvidosa e sua aderência aos critérios estabelecidos; (iv) as políticas, procedimentos e processos de crédito e (v) a aderência às métricas quantitativas relativas ao risco de crédito estabelecidas na RAS.

Risco Socioambiental: O Conglomerado possui uma política de Responsabilidade Socioambiental e estabelece as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução nº 4.327/14. Adicionalmente, as Políticas de Risco de Crédito estabelecem requerimentos específicos para o gerenciamento dos riscos socioambientais.

Risco Operacional: Definido como aquele decorrente de perdas resultante de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou falhos. A área de COR (*Compliance* e Risco Operacional) é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas áreas de negócios.

Risco de Conformidade (Compliance): Definido como aquele decorrente de sanções legais ou regulatórias capazes de acarretar perdas financeiras materiais bem como, causar danos reputacionais decorrentes do descumprimento de leis, regras, regulamentos ou códigos de conduta. A Política de *Compliance* segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução CMN nº 4.595/17. Os principais assuntos oriundos do gerenciamento dos riscos operacionais e de *compliance* são abordados no Comitê de Riscos e Controles ("BRCC"). Subordinado ao BMRC e com periodicidade mensal, o BRCC tem com responsabilidades: (i) identificar, escalar e debater os riscos operacionais e de *compliance*, conforme apropriado; (ii) revisar e recomendar a aprovação de políticas, procedimentos e processos de risco operacional e de *compliance*; (iii) fornecer subsídios às métricas da RAS, monitorando a aderência às métricas quantitativas aplicáveis ao risco operacional; (iv) assegurar a adequação, solidez e eficácia das estruturas de controles; (v) revisar e assegurar que os planos de continuidade de negócios estabeleçam procedimentos e prazos estimados para o restabelecimento e recuperação das atividades em caso de interrupção dos processos críticos de negócios, bem como, as ações de comunicação necessárias; e (vi) promover a compreensão e o cumprimento regulatório e autorregulatório. Importante ressaltar que as áreas de negócio e de controle possuem a responsabilidade como 1ª linha de defesa de gerenciar o seu risco de conformidade e operacional.

Risco de Mercado: Definido como o risco de perdas resultantes das flutuações das variáveis de mercado que possam afetar negativamente o valor dos seus ativos e passivos. A área de gerenciamento de Risco de Mercado possui ferramentas capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado aplicáveis às operações realizadas pelo Conglomerado, apoiadas por uma estrutura de limites, relatórios e políticas que seguem as diretrizes globais e requerimentos regulatórios locais.

Risco de Liquidez: Definido como aquele decorrente da capacidade financeira da instituição honrar seus compromissos de curto, médio ou longo prazo, e dos efeitos da insuficiência e/ou inadequação das fontes de recursos para cumprir suas obrigações imediatas. Para o adequado gerenciamento do risco de liquidez, o Conglomerado possui uma área com dedicação exclusiva que, entre outras, desenvolve as seguintes atividades: (i) monitorar e reportar diariamente o cumprimento ou violação dos limites de liquidez pré-definidos; (ii) enviar informações requeridas pelos reguladores; (iii) analisar e apresentar mensalmente ao ALMRC os resultados dos testes de *estresse*; (iv) prover explicações ao ALMRC, quando aplicável, sobre a violação de limites e ações remediadoras; (v) reportar qualquer fragilidade observada nos controles de liquidez; e (vi) manter a política de risco de liquidez atualizada, no mínimo anualmente.

Os Riscos de Liquidez, de Mercado e Gerenciamento de Capital são regularmente monitorados e reportados no Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos de Mercado ("ALMRC"). Subordinado ao BMRC e com periodicidade mensal, tem como responsabilidade: (i) supervisionar a posição de ativos, passivos e exposição cambial; os riscos de variação de taxas de juros; preços e liquidez levando em consideração as condições normais e estressadas; (ii) revisar e recomendar para a aprovação as políticas de gerenciamento de capital; risco de mercado e risco de liquidez - bem como as respectivas estruturas de limites e planos de contingência de liquidez; (iii) avaliar o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; e (iv) monitorar a aderência às métricas quantitativas relativas ao risco de mercado, liquidez e capital.

Risco Reputacional: Definido como aquele decorrente de percepções negativas das práticas de negócios do Conglomerado e/ou da conduta do Conglomerado e/ou de seus colaboradores que possam afetar a rentabilidade, as transações futuras e a capacidade de estabelecer novos relacionamentos e/ou manter os relacionamentos existentes ou, ainda, que venham a prejudicar o relacionamento com investidores, reguladores, funcionários e/ou com a comunidade. O risco reputacional é administrado através de políticas e controles de processos de gerenciamento de risco e negócios para mitigar riscos à reputação de forma tempestiva e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos de risco reputacional. Os funcionários são responsáveis pela reputação do Conglomerado, devendo agir ética e legalmente, em conformidade com as políticas e padrões definidos no Código de Conduta.

Risco de Estratégia: Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, fora dos principais segmentos de atuação ou ambíguas; execução deficiente da estratégia de negócios ou inabilidade de reagir tempestivamente às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios.

Gerenciamento de Capital: Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva. As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br>).

DIRETORIA

RICARDO KENJI MUKAI – Contador – 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudential Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;

- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
 - Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
 - Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição;
 - Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.
- O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudential Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 25 de março de 2019.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019